

HASSLOCHER, Germano

*dep. fed. RS 1900-1911.

Germano Hasslocher Filho nasceu em Santa Cruz (RS) no dia 10 de julho de 1862, filho de Germano Hasslocher e de Marie Duran Hasslocher.

Iniciou seus estudos no Colégio Sousa Lobo, em Porto Alegre. Ingressou depois na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu sua formação na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu bacharel em 1883. Depois de formado regressou ao Rio Grande do Sul, abriu banca de advogado e traduziu duas obras de Georges Ohnet: *Derradeiro amor* e *A alma de pedra*. Foi nomeado promotor público da cidade de Porto Alegre, cargo que ocupou entre os anos de 1891 e 1892. Depois desses anos, voltou a advogar e trabalhou em alguns periódicos da capital gaúcha.

Em 1897 ingressou no Centro Literário de Porto Alegre. Membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), por suas ligações partidárias foi eleito nesse mesmo ano deputado estadual. Mesmo com sua atividade parlamentar, continuou a carreira jornalística e tornou-se redator-chefe do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, em 1899. Durante seu mandato, concluído em 1900, ajudou na fundação da Faculdade de Direito de Porto Alegre, instituição da qual também foi professor.

Ainda em 1900 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Sucessivamente reeleito, exerceu o mandato até 1911. Durante todo esse período, vivendo Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aliou a vida política à carreira jornalística. Em 1901 tornou-se redator do jornal carioca *A Tribuna*, e colaborou com periódicos gaúchos, como *A Federação* e *A Reforma*.

Faleceu em Milão, na Itália, no dia 7 de fevereiro de 1911.

Casou-se com Paulina Ferraz. Seu filho Paulo Germano Hasslocher foi diplomata.

Publicou *A verdade sobre a Revolução* (1893) (1894) e *Desmascarando um hipócrita* (1907).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G; ARAUJO, V. *Parlamentares*; ARQ. PUB. PORTO ALEGRE. Registro de casamento da Igreja do Rosário (livro 8, p.85); BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; MARTINS, A. *Escritores*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*.

HENRIQUES, Antônio da Trindade

*dep. fed. PB 1894-1905.

Antônio da Trindade Antunes Meira Henriques nasceu na cidade de Campina Grande (PB).

Formado pela Faculdade de Direito do Recife, advogou em sua cidade natal e depois de alguns anos foi nomeado juiz de direito. Anos mais tarde, chegaria a desembargador. Em 1873 atuou na repressão ao movimento rebelde na Paraíba denominado “Quebra-Quilos”. Durante esse movimento, travou polêmica com o chefe de polícia paraibano Manuel Caldas Barreto e publicou, em 1875, *Resposta ao relatório do Dr. Manuel Caldas Barreto, chefe de polícia da Paraíba, sobre os movimentos sediciosos da província*.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República. Eleito deputado federal pela Paraíba pela primeira vez em 1894, teve o mandato renovado em 1897, 1900 e 1903, tendo assim ocupado uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de 1894 a 1905.

Faleceu em 1911.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Biblioteca Digital de Literaturas de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br>>. Acesso em: 18/11/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

HERMES, Fonseca

* const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893; dep. fed. RS 1911-1914.

João Severiano da Fonseca Hermes nasceu em 26 de junho de 1855, filho de Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues da Fonseca. Seu pai, assim como seus tios, era militar; foi presidente das províncias de Mato Grosso e da Bahia, além de comandante das armas desta última e da província do Pará. Seu tio Deodoro da Fonseca proclamou a República e foi o primeiro presidente do Brasil, de 1889 a 1891. Outro tio, João Severiano da Fonseca, foi médico e ajudante-general do Exército, sendo considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército; foi também senador constituinte em 1891. Um terceiro tio, Pedro Paulino da Fonseca, foi senador e governador de Alagoas. Seu irmão Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra (1906-1909) e presidente da República (1910-1914).

Após viver alguns anos em Juiz de Fora (MG), Fonseca Hermes mudou-se para o Rio de Janeiro e formou-se em direito. Em 2 de janeiro de 1890, pouco depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado pelo marechal Deodoro da Fonseca secretário geral do governo provisório. Por conta dessa função, foi o redator das atas das sessões do Conselho de Ministros.

Após esse período, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro na chapa apoiada pelo então presidente do estado Francisco Portela (1889-1891). Assumiu sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1890 e, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, tornou-se defensor do governo de seu tio e também de Francisco Portela, com quem tinha grande aproximação política. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Ainda nesse ano seus dois principais aliados perderam seus mandatos: em 3 de novembro de 1891 Deodoro fechou o Congresso Nacional e 20 dias depois foi obrigado a renunciar, e em 10 de dezembro, por não ter mais apoio do poder federal, Portela renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro. Fonseca Hermes

perdeu força política com a nova conjuntura estadual e federal, e não conseguiu se reeleger após o final do mandato, em dezembro de 1893.

Passou então a se dedicar ao jornalismo, escrevendo em diversos jornais, até tornar-se secretário de *O Debate*, jornal carioca que apoiava o presidente Prudente de Morais (1894-1898). Sem espaço político para se eleger, tornou-se também redator de debates da Câmara dos Deputados e tabelião público, ao ser nomeado pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902). Contudo, com a eleição de seu irmão Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910-1914), voltou à política e foi eleito, em 1º de março de 1911, deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul na vaga aberta com a renúncia do deputado federal Rivadávia Correia, que havia sido nomeado ministro da Justiça. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara, tornou-se líder do governo. Em janeiro de 1912 foi reeleito, com mandato até dezembro de 1914, mas ao final da legislatura não conseguiu se reeleger.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FERREIRA, M. *República*.

HIGINO, José

*magistrado; const. 1891; sen. PE 1891; min. Instr. Públ. 1891-1892; min. Just. 1891-1892; min. STF 1892-1897.

José Higino Duarte Pereira nasceu em Recife no dia 22 de janeiro de 1847, filho de Luís Duarte Pereira e de Carlota de Miranda Duarte, uma das mais tradicionais famílias da província de Pernambuco.

Por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), deixou os bancos da Faculdade de Direito do Recife para assentar praça como voluntário. Todavia, não seguiu para o teatro de operações no Prata, permanecendo em serviço no Rio de Janeiro devido à sua fraca compleição. De volta ao Recife, concluiu o curso jurídico em 1867. Iniciou sua vida pública ao ser nomeado promotor público na província de Santa Catarina, cargo abandonado por ter conseguido se eleger deputado à Assembleia provincial de sua terra natal. Depois de deixar as funções no parlamento local, voltou à magistratura ao ser nomeado juiz substituto em 1871. Em 1876 obteve o título de doutor em direito pela Faculdade do Recife e, em abril de 1878, após exercer a judicatura em diversas comarcas da província pernambucana, foi nomeado secretário da presidência de Pernambuco.

Em 1886, conhecedor do idioma holandês, dedicou-se a exaustiva pesquisa nos arquivos da Holanda a fim de catalogar e descobrir documentos inéditos sobre a invasão batava no nordeste brasileiro (1624-1654), um de seus temas prediletos de estudo – sobretudo o tema da produção livreira e do funcionado da imprensa no Nordeste sob a administração Maurício de Nassau, com o qual pretendeu fazer de Pernambuco o lugar de surgimento da imprensa no Brasil.

Com a proclamação da República e a convocação do Congresso Constituinte, foi eleito senador por Pernambuco. Como candidato à presidência da República no pleito indireto que elegeu o marechal Deodoro da Fonseca, teve votação inexpressiva, ocupando o último lugar, com apenas um voto. Por outro lado, já considerado um grande publicista, professor e educador, exerceu no governo Floriano Peixoto (1891-1894) o cargo de ministro da

Instrução Pública a partir de 1891, e interinamente o de ministro da Justiça, sendo dispensado, a pedido, em 1892. Em maio desse ano foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando posse no cargo em junho. Aposentou-se em 7 de junho de 1897.

A convite do presidente Campos Sales (1898-1902), foi representante do Brasil no Congresso Pan-Americano, que realizou sua primeira assembleia no México. Foi eleito vice-presidente do congresso e, no exercício dessa função, veio a falecer na Cidade do México, no dia 10 de dezembro de 1901.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

HINO NACIONAL

Hino oficializado pelo Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, na versão composta por Francisco Manuel da Silva em 1822 (música) e por Osório Duque Estrada em 1909 (letra) – se bem que alguns versos apócrifos tenham sido acrescentados à composição original de Estrada e incorporados definitivamente ao hino.

Antes do final da segunda metade do século XIX, as letras dos hinos se modificavam num constante processo de atualização, com vistas à adequação de seus conteúdos aos acontecimentos marcantes de um país: a morte de um soberano, o casamento de um primogênito, a vitória numa batalha importante. Pode-se dizer que, em certo sentido, a nação se confundia com o rei e a história nacional com a vida do monarca, daí esse importante procedimento de renovação dos hinos.

Então, uma significativa mudança ocorreu: a comunidade nacional passou a não mais se identificar com a pessoa de seu rei. Os hinos, a partir daí, tornaram-se elementos simbólicos de grande importância no processo de personificação e construção das nações. Através de uma composição musical quase sempre vibrante e emotiva, os cidadãos (não mais súditos) despertavam cheios de sentimento de patriotismo e orgulho e com a sensação de estarem em comunhão sob o manto da nação.

O *Hino Nacional* brasileiro passou por diversas modificações, que atualizaram o conteúdo de seus versos. Originalmente, composto pelo maestro Francisco Manuel da Silva e intitulado *Marcha triunfal*, foi criado para celebrar a independência em 1822. Posteriormente, foi adaptado para comemorar a abdicação de dom Pedro I, ocorrida em 1831 – o retorno do primeiro imperador para Portugal fora visto como rompimento definitivo dos laços existentes entre o Brasil e sua antiga Metrópole. Durante o Segundo Reinado, novos versos foram criados para acompanhar as mudanças e celebrar novos acontecimentos, mantendo-se intacta sua melodia.

A consolidação da República no Brasil passou, também, pela reestruturação completa de antigos símbolos nacionais. Uma das primeiras medidas do novo governo veio com a

publicação do Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, o qual estabeleceu “os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos selos e sinetes da República”. Além dessa recriação do aspecto visual de armas e brasões, antigos vapores da Armada, que tinham sido batizados com nomes que faziam referência ao imperador ou à família real, foram rebatizados e passaram a ostentar nomes ligados à República.

No evento da Proclamação, o *Hino Nacional* apareceu em destacado lugar, já que, segundo a narrativa oficial, Deodoro da Fonseca teria dito às tropas, no Campo de Santana, como brado inaugural do novo regime: “Apresentar armas! Toquem o hino!” Ao que parece, no 15 de novembro, o hino executado sob as ordens do marechal Deodoro foi a antiga marcha composta por Francisco Manuel da Silva. Só que ninguém o cantou, e como a obra tivesse tanta identificação com o imperador deposto, a República passou a utilizar, a partir dali, provisoriamente, como hino nacional, a *Marselhesa*.

Nesse contexto de reformulação de símbolos nacionais, o Governo Provisório fez com que ainda em 1889 fosse realizado um concurso, entre 29 composições, para escolha do novo hino nacional. Embora a antiga marcha de autoria de Francisco Manuel da Silva houvesse sido adaptada e já incorporasse novos elementos ligados à República recém-proclamada, era imperativo que se criasse nova obra, exclusiva, atual, que atendesse às necessidades simbólicas da nova realidade institucional brasileira.

Os vencedores do concurso foram Ernesto Fernandes de Sousa (música), um farmacêutico músico amador, e Medeiros e Albuquerque (letra), um jovem poeta simbolista, autor de *Canções da decadência*. Todavia, nem as composições que participaram do concurso, nem a obra vencedora agradaram aos ouvintes, que foram ao Teatro Lírico assistir à execução das peças. Patenteava-se, na ocasião, a certeza de que o Brasil era um país carente de bons músicos. A polêmica então se instalou, fazendo eco na imprensa do país.

“Prefiro o velho”, teria dito o chefe do Governo Provisório, para se referir à antiga peça de Manuel da Silva, naquela noite no Lírico. Daí, a velha composição, repleta de inversões heróicas e marciais, bem ao gosto do componente militar da Proclamação, tornou-se a música oficial do *Hino Nacional* brasileiro, através do Decreto nº 171, de 21 de janeiro de

1890. Mas, desse ano a 1906, o hino permaneceu sem letra e era cantado nos estados da Federação de maneiras diferentes, segundo as peculiaridades culturais de cada região.

Foi Coelho Neto quem, em 1906, defendeu a tese segundo a qual a República deveria promover novo concurso, para elaboração de uma letra definitiva que pudesse expressar nosso gosto literário e, ao mesmo tempo, celebrar o Brasil, impondo sobre todos os regionalismos a obrigação de obediência a um hino comum. Em 1909, entre diversos trabalhos, sagrou-se vencedor o de Osório Duque Estrada, crítico literário afeito a inúmeras polêmicas, poeta ligado ao grupo que gravitava ao redor de Olavo Bilac e Coelho Neto. As influências do parnasianismo estão, portanto, presentes na letra de Duque Estrada: a ordem indireta, os contrastes, o sentido heróico das sentenças e a metrificação, além da homenagem aos poetas da primeira geração de românticos do século XIX, que tanto expressaram seu amor pela nação, como se vê pela incorporação de passagens da *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias: “nossos bosques têm mais vida/nossa vida/no teu seio/mais amores”.

Eduardo Junqueira

FONTES: CÂNDIDO, A. *Formação*; CARONE, E. *República*; BRASIL. *Coleção de Leis (1889-2000, on line)*; OLIVEIRA, L. *Questão*.

HOLANDA, Francisco Camilo de

*dep. fed. PB 1900-1902 e 1909-1916; pres. PB 1916-1920.

Francisco Camilo de Holanda nasceu na cidade da Paraíba, posteriormente João Pessoa, no dia 10 de setembro de 1861.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887 e depois de formado aliou suas atividades profissionais ao serviço militar. Em 13 de abril de 1889 foi nomeado tenente cirurgião do Exército. Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Em 27 de março de 1890 tornou-se capitão médico de quarta classe. Durante a presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), esteve preso por ter apoiado o governo do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e ser considerado deodorista.

Em 1900 foi eleito deputado federal pela Paraíba. Ao final do mandato, em dezembro de 1902, não foi reeleito. Continuou sua carreira militar e em 28 de fevereiro de 1907 tornou-se major médico graduado de terceira classe, sendo efetivado em 5 de dezembro do mesmo ano. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1909, quando foi novamente eleito deputado federal pela Paraíba com o apoio de Epitácio Pessoa. Sucessivamente reeleito, renunciou ao mandato em 1916, por ter sido eleito presidente de seu estado. Tomou posse em 22 de outubro, sucedendo a Sólton Barbosa de Lucena. Em sua administração, reformou a capital e estimulou investimentos no interior do estado, através do crédito agrícola e do incentivo à cultura algodoeira. Em 22 de outubro de 1920, transmitiu o governo a seu antecessor, Sólton de Lucena, então reconduzido à presidência do estado.

Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Faleceu no ano de 1946.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. <<http://www.ihgp.net/fundacao2.htm>>. Acesso em: 18/11/2010; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Fundamentos*.

HOLL, HENRIQUE RICARDO

*militar; rev. 1922; rev. 1924; col. Prestes; rev. 1930.

Henrique Ricardo Holl nasceu na cidade de São Paulo em 2 de fevereiro de 1898, filho de Henrique Holl e de Júlia Holl. Seu nome, por equívoco, aparece muitas vezes com a grafia Hall.

Assentou praça no Exército em 1915. Aspirante a oficial de artilharia em 1918, foi promovido a segundo-tenente em 1919 e a primeiro-tenente em 1921. Nesse posto, serviu como auxiliar de instrutor de artilharia da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Exonerado do cargo no início de junho de 1922, ainda assim participou da Revolta de 5 de Julho de 1922, durante a qual a Escola Militar pretendia juntar-se à Vila Militar e ao forte de Copacabana para marchar sobre o palácio do Catete e depor o presidente Epitácio Pessoa.

NAS REVOLTAS DE 1922 E 1924

Na madrugada do dia 5, ao fazer a ronda de vigilância, o oficial de dia na Escola Militar, capitão Óton de Oliveira Santos, notou que um grupo de oficiais e alunos estava reunido diante da casa do coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, diretor da Fábrica de Cartuchos. Quando interpelou os primeiros-tenentes Estênio Caio de Albuquerque Lima e Henrique Ricardo Holl, recebeu destes voz de prisão. Entretanto, conseguiu escapar e foi prevenir o general Eduardo Monteiro de Barros, comandante da Escola Militar, de que esta se revoltara.

Enquanto isso, sob o comando do coronel Xavier de Brito, oficiais instrutores, entre os quais se incluíam Odílio Denis, Juarez Távora e Osvaldo Cordeiro de Farias, retiraram da Fábrica de Cartuchos munição suficiente para as operações militares e, à frente de 588 alunos, formaram uma coluna que avançou para a Vila Militar. Ao notar, porém, que as forças da Vila Militar não aderiam ao levante, o coronel Xavier de Brito decidiu recuar. Ao invés de engrossar a revolta, as forças da Vila Militar, que haviam sido controladas por oficiais legalistas, marcharam contra os revoltosos da escola. Na altura de Gericinó, travou-se o combate. O tenente Henrique Holl comandava a artilharia rebelde, e a luta durou quatro horas, deixando um saldo de mortos e feridos. Vendo-se derrotado e responsável por

cerca de seiscentas vidas, o coronel Xavier de Brito recuou até o edifício da Escola Militar e cessou a resistência. Poucas horas depois, toda a força rebelada, na qual se incluía o tenente Holl, foi presa.

Em dezembro de 1922, Holl foi posto em liberdade por força de *habeas-corpus* impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal. Em dezembro do ano seguinte, porém, juntamente com outros oficiais implicados no levante, foi incurso no Código Penal Militar e pronunciado. Não se apresentou para julgamento e foi dado como desertor do Exército.

Entretanto, permanecendo ligado à jovem oficialidade revolucionária, os “tenentes”, participou em São Paulo — sob o nome falso de Ricardo Fischet Júnior — das articulações para a eclosão de novo levante em 1924. Morava na capital paulista, e em sua casa, na rua da Fábrica, abrigaram-se vários conspiradores, como Juarez Távora, e fizeram-se reuniões das quais participaram, entre outros, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Joaquim Távora e Newton Estillac Leal.

Propositadamente marcado para o dia 5 de julho — data do levante frustrado de 1922 —, o movimento de 1924 irrompeu em Sergipe, Amazonas e São Paulo, tendo sido dominado com mais facilidade nos dois primeiros estados. Em São Paulo, os rebeldes, comandados pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital durante três semanas. Submetidos a forte bombardeio por parte das forças legalistas, ao cabo desse período decidiram abandonar a cidade e rumar para o interior em direção ao Paraná. Henrique Holl teve atuação destacada durante a retirada da capital paulista.

Entre fins de julho de 1924 e abril de 1925, os revolucionários de São Paulo comportaram-se como uma força volante, ingressando no Paraná e ocupando importantes posições na região oeste do estado. Fortalecidos com a adesão de revolucionários de 1922 exilados no Paraguai e no Uruguai, como Antônio de Siqueira Campos, mantiveram o Paraná conflagrado, resistindo ao combate das forças legalistas, e foram beneficiados pela abertura de nova frente de combate revolucionária no Rio Grande do Sul. No fim de outubro de 1924, diversas unidades gaúchas se levantaram sob o comando geral do capitão Luís Carlos Prestes, e as forças rebeladas no estado uniram-se em uma coluna que marchou para o Paraná ao encontro dos paulistas.

Finalmente, revolucionários paulistas e gaúchos reuniram-se em Foz do Iguaçu (PR) em abril de 1925, dando origem à Coluna Miguel Costa-Prestes. Sob o comando geral de

Miguel Costa, a coluna se dividia em duas brigadas: a Brigada do Rio Grande, com oitocentos homens, comandada por Prestes, e a Brigada São Paulo, com setecentos homens chefiados por Juarez Távora. Comissionado no posto de capitão, Henrique Ricardo Holl assumiu o comando do Batalhão de Artilharia Montada, integrante da Brigada São Paulo.

Iniciada a marcha da coluna, os revolucionários foram obrigados a penetrar no Paraguai para reingressar mais adiante em território brasileiro. Nessa fase das operações, como o transporte das peças de artilharia prejudicasse a mobilidade da coluna, Holl cumpriu as ordens de abandoná-las em território paraguaio. Entretanto, regressou no dia seguinte ao local onde havia ocultado os canhões para trazê-los de volta. Com a saúde debilitada, pouco depois Holl deixou a coluna, abrigando-se no Paraguai. A Coluna Miguel Costa-Prestes continuou sua marcha pelo território brasileiro, percorrendo 13 estados e só depondo as armas nos primeiros meses de 1927.

Em 4 de fevereiro de 1928, Henrique Holl foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão por sua participação no levante de 1922.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Henrique Holl reapareceu em 1929, já então articulando o novo movimento revolucionário que se preparava no país. Em maio de 1930, quando morreu Siqueira Campos, assumiu o comando da conspiração em São Paulo, por incumbência de Osvaldo Aranha, coordenador gaúcho da revolução. Dessa vez o movimento não estava circunscrito às guarnições militares, mas envolvia também políticos opositores e os governos dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

Em São Paulo, Holl articulava-se basicamente com os políticos do Partido Democrático (PD) do estado. Em 17 de junho enviou a Belo Horizonte dois emissários que fizeram um relato pessimista sobre a situação em São Paulo, e em seguida procurou destacar elementos do PD para o interior do estado. Em julho, julgou ser necessária a ida de Miguel Costa, então na clandestinidade, a São Paulo, e alugou uma casa para hospedá-lo. O fato chegou ao conhecimento da polícia, e Holl, obrigado a deixar suas funções de coordenação, teve que fugir para o interior paulista, rumando depois para Buenos Aires.

Quando irrompeu a revolução, em 3 de outubro de 1930, Holl se encontrava em Porto Alegre. Nessa ocasião, por ordem do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro,

chefe do estado-maior da revolução, empregou um lança-chamas, que ele mesmo havia fabricado em sigilo, no ataque ao 7º Batalhão de Caçadores, última unidade militar gaúcha a se entregar aos revolucionários. Aos primeiros disparos de Holl, um dos pavilhões do quartel incendiou-se. Ante apelos de outros líderes revolucionários, como José Antônio Flores da Cunha, Góis Monteiro ordenou a suspensão do fogo e negociou a rendição da unidade.

Holl integrava o grupo de comando da revolução e, depois de dominado o Rio Grande do Sul, rumou para o Paraná, onde participou da preparação do grande combate que se prenunciava entre revolucionários e legalistas na região da divisa com São Paulo. Mas a deposição do presidente Washington Luís, em 24 de outubro, tornou desnecessário o confronto. No dia 25, a bordo de um trem em território paranaense, o comandante das forças legalistas em São Paulo assinou sua capitulação. Henrique Holl se encontrava nesse trem.

Consolidada a vitória da revolução, no dia 15 de novembro, readmitido no Exército, Holl foi promovido a capitão. No período que se seguiu, filiou-se ao Clube 3 de Outubro, agremiação nacional de cunho tenentista que defendia o aprofundamento das medidas trazidas pela revolução. Promovido a major em fevereiro de 1933, ainda nesse ano passou a integrar a Comissão Brasileira de Estudos para a Indústria Militar, acompanhando o general José Fernandes Leite de Castro em viagem à Europa, onde permaneceu até 1937.

De volta ao Brasil, participou uma última vez da vida política nacional por ocasião da crise política entre o governo gaúcho e o governo federal, ocorrida pouco antes da instauração do Estado Novo (10/11/1937). Na oportunidade, foi enviado ao Rio Grande do Sul pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, a fim de inteirar-se da situação político-militar do estado e transmitir-lhe informes.

Promovido a tenente-coronel em 1939, nesse posto comandou o 4º Regimento de Artilharia Montada, sediado em Itu (SP). Entre 1940 e 1942, já em plena Segunda Guerra Mundial, foi adido militar na Alemanha, o último antes do rompimento de relações entre o Brasil e os países do Eixo. Promovido a coronel em 1943, passou para a reserva em janeiro de 1945 no posto de general de brigada.

Faleceu na Alemanha em 26 de junho de 1961.

Foi casado com Dolores Amigo Holl.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MONTEIRO, F. *Discurso*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1937; TÁVORA, J. *Vida*.

HOMEM, Artur

*dep. fed. RS 1903-1905.

Artur Homem de Carvalho nasceu no dia 1º de novembro de 1862.

Formou-se em medicina e foi médico militar em Jaguarão (RS).

Ingressou na política em 1891, quando foi eleito deputado estadual constituinte na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu, nesse mesmo ano, sua cadeira na Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul e participou da elaboração da primeira Constituição republicana do estado. Com o término dos trabalhos da Constituinte, assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha para exercer o seu mandato ordinário. Foi reeleito até 1897. Nessa casa legislativa foi suplente de secretário da mesa diretora.

Em 1895 foi Diretor do Centro Republicano de Jaguarão. Em 1899 fundou o Centro Positivista de Porto Alegre.

No pleito de 1903 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceu até dezembro de 1905, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Mirna Aragão

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.177); AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Constituição Rio-grandense. Disponível em:
<<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>>. Acesso em: 14/8/2011 .

HORN, Raulino

*junta gov. SC 1889; gov. SC 1890; const. 1891; sen. SC 1891-1899; gov. SC 1920, 1921 e 1922.

Raulino Júlio Adolfo Horn nasceu em Laguna (SC) a 1º de julho de 1849, filho do boticário alemão Eduardo Amadeus Otto Horn, chegado a Santa Catarina em 1838, e de Claudina Bernardina de Oliveira Medeiros.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e, aos 17 anos, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em farmácia. Nos tempos de faculdade aderiu às ideias republicanas, acompanhando as atividades políticas de Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e outras lideranças do movimento. Ainda no período monárquico, fundou o Partido Republicano Catarinense em 1887. Foi presidente do Clube Republicano e fundador e presidente do Clube Abolicionista de Desterro, atual Florianópolis. Além dessas entidades de caráter político, fundou a Sociedade de Agricultura e a Sociedade de Catequese dos Silvícolas, tendo sido presidente de ambas.

Em 17 de novembro de 1899, dois dias após a proclamação da República, passou a integrar a junta governativa de Santa Catarina, composta ainda pelo coronel João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque e Alexandre Marcelino Bayma. Em 2 de dezembro a junta passou o governo a Lauro Müller, então nomeado pelo governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, governador do estado. Em abril de 1890 foi ele próprio nomeado primeiro vice-governador. Assumiu interinamente o governo, substituindo Lauro Müller, de 24 de agosto a 29 de setembro de 1890. Nesse mesmo mês foi eleito senador à Assembleia Nacional Constituinte. Voltou a substituir Lauro Müller de 5 a 8 de outubro, e em 15 de novembro tomou posse na Assembleia, integrando a Comissão de Redação da Carta Constitucional. Renovou o mandato no Senado até 1899.

Em 1919 elegeu-se deputado estadual e exerceu a presidência da Assembleia Legislativa até o fim do mandato em 1921. Reelegeu-se para a legislatura seguinte (1922-1924), ocupando novamente o cargo de presidente da Assembleia. Entre 1920 e 1922 substituiu o governador Hercílio Luz em quatro ocasiões, por curtos períodos de tempo. Em 1925 elegeu-se mais uma vez deputado estadual, cumprindo o mandato até 1927.

Faleceu em Florianópolis no dia 26 de setembro de 1927.
Era casado com Henriqueta Avelino Monteiro Horn.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; Wikipédia. Walter Piazza. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza" \o "Walter Piazza"> ; STOETERAU, L. *Trajetória*.

HORTA, Antônio da Siqueira

*militar; junta gov. SE 1889.

Antônio da Siqueira Horta foi industrial, major do Exército, proprietário de engenho e chefe político no município de Laranjeiras (SE).

Nessa cidade, defendeu o republicanismo e foi um dos signatários do manifesto republicano da cidade. Após a proclamação da República (15/11/1889), fez parte da primeira junta governativa de Sergipe, ao lado de Antônio Diniz Dantas Melo e Antônio José de Siqueira Meneses. Essa junta assumiu o poder em 17 de novembro, mas no dia seguinte, por incompatibilidade com as outras correntes republicanas do estado, foi desfeita. Na nova junta de governo, continuou sendo formada por Antônio José de Siqueira Meneses, mas agora também era integrada por Baltasar de Araújo Góis e Vicente Luís de Oliveira Ribeiro.

Voltou ao Executivo sergipano em dezembro de 1890, como vice-presidente, durante a administração de Lourenço Freire de Mesquita Dantas (1890-1891).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BITENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; SOUZA, T. *Impasses*.